



Fabio Pozzobon/ABr

Para valer em 2010, novas regras para eleições precisam ser aprovadas pelo Congresso e sancionadas até 30 de setembro

Comissões podem votar amanhã a reforma eleitoral

Duas comissões do Senado – CCJ e CCT – devem examinar amanhã, em reunião conjunta, a proposta de reforma eleitoral, que será então enviada ao Plenário. O projeto autoriza o uso da internet em campanhas eleitorais, inclusive na captação de recursos por meio de cartão de crédito. Essa liberação ocorreria a partir de 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições. **3**

Líderes devem definir hoje os projetos que terão prioridade

Os líderes partidários devem se reunir hoje, às 15h, com o presidente do Senado, José Sarney, para definir os projetos que terão prioridade na pauta de votações dos próximos dias em Plenário. A pauta de hoje inclui 46 itens, entre os quais, quatro propostas de emendas à Constituição que estão prontas para ser votadas. Além dessas matérias, aguarda-se a inclusão da medida provisória que socorre os municípios. **5**

Otimismo sobre a produção de energia no país

Em debate na Comissão de Serviços de Infraestrutura, palestrantes demonstraram confiança na produção futura de energia para o país. O diretor-geral da Aneel, Nelson Hubner, destacou a importância da biomassa e da energia eólica e disse que a exploração do pré-sal diminuirá a dependência externa em relação aos combustíveis fósseis. O presidente da Empresa de Pesquisa Energética, Maurício Tolmasquim, acredita que o Brasil se transformará em uma potência nesse setor nos próximos anos. **8**

Adilson de Oliveira (E), Nelson Hubner, Fernando Collor e Jerson Kelman ouvem Maurício Tolmasquim



Marcio Rezende

Gerentes da Petrobras depõem hoje em CPI

Funcionários de estatal devem prestar esclarecimentos sobre indícios de superfaturamento em refinaria pernambucana. **2**

Cortes de emendas parlamentares geram insatisfação

Decreto que atinge emendas de bancadas e de comissões aumentou insatisfação na Comissão de Orçamento. **4**

Herança política de Lula é perversa, afirma Jarbas

Jarbas Vasconcelos afirmou que os jovens devem saber que a política "não é o terreno da esperteza". **7**

Senadores do colegiado tomarão depoimentos sobre indícios de superfaturamento nas obras da Refinaria Abreu e Lima (PE)



Comissão parlamentar de inquérito do Senado investiga denúncias de irregularidades na estatal

CPI ouvirá hoje dois gerentes da Petrobras

A COMISSÃO PARLAMENTAR de Inquérito que apura denúncias de irregularidades na Petrobras ouve hoje, a partir das 14h, o gerente-geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Colepicolo Legatti, e o gerente de Engenharia de Custos e Estimativas de Prazos da estatal, Sérgio Santos Arantes.

Eles deverão prestar esclarecimentos sobre indícios de superfaturamento

apontados por relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), na construção da refinaria, no município de Ipojuca (PE).

De acordo com informações da imprensa, a Petrobras teria descumprido o prazo para entregar ao tribunal a documentação completa sobre as obras na refinaria. Os auditores sustentam, inclusive, que teria havido obstrução ao seu trabalho. O relatório

diz que, “de um total de R\$ 15,7 bilhões, a equipe do TCU teve acesso às planilhas de apenas R\$ 3,9 bilhões do empreendimento”.

As obras da Refinaria Abreu e Lima foram iniciadas em 2008, numa parceria entre a Petrobras e a PDVSA, estatal petrolífera da Venezuela. Até o momento, foram concluídos 15% do projeto. A audiência acontecerá na sala 6 da Ala Nilo Coelho.

CAS discute assistência ao câncer infantil

“As Políticas Sociais e de Assistência ao Câncer Infanto-Juvenil” são o tema da audiência pública que a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realiza hoje, a partir das 9h, em prosseguimento ao ciclo de debates destinado a avaliar os 20 anos de existência do Sistema Único de Saúde (SUS).

Entre os convidados, estão Maria Tereza Fonseca da Costa, do Instituto Nacional do Câncer (Inca); Francisco Neves, do Instituto Ronald McDonald; Renato Melaragno, da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica

(Sobope); e Rilder Flávio de Paiva Campos, da Confederação Nacional das Instituições de Apoio e Assistência à Criança e ao Adolescente com Câncer (Coniacc).

A iniciativa do debate partiu da presidente da CAS, senadora Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que englobou requerimentos apresentados pelos senadores Flávio Arns (PT-PR), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Augusto Botelho (PT-RR) que tratavam de vários aspectos do SUS.

O objetivo do ciclo é discutir o atendimento à saúde no Brasil e, em

especial, as dificuldades que a população enfrenta ao fazer uso do sistema. O primeiro encontro, ocorrido no último dia 19, tratou da Política Nacional de Saúde Mental.

O ciclo de debates é realizado em conjunto com a Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, ligada à CAS.

Os debates vão ocorrer até o fim deste ano. Ao final do ciclo, a comissão encaminhará relatórios ao Ministério da Saúde contendo sugestões de melhorias na saúde pública no Brasil.

Concentração na citricultura em debate

O Senado discutirá hoje, em audiência pública, a partir das 10h, o processo de concentração econômica que ocorre na citricultura brasileira. Serão ouvidos representantes das indústrias exportadoras de suco, dos produtores de laranja e do governo federal. O debate será promovido pelas comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), na sala 19 do Anexo II do Senado.

A audiência foi solicitada pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Augusto Botelho (PT-RR). Suplicy vem acompanhando os problemas da citricultura nacional e tem denunciado as “práticas oligopolistas” dos produtores de suco, com “intensa concentração” e verticalização das empresas, em detrimento dos produtores de laranja.

No requerimento em que pediram a audiência conjunta, Suplicy e Augusto lembram que, em 1994, os produtores de laranja entraram com uma ação na Secretaria do Direito Econômico do Ministério da Justiça contra 12 processadoras de suco, acusando-as de formação de cartel e imposição de preços da laranja.

Na época, foi assinado um termo de cessação de conduta (TCC), “mas o compromisso não foi cumprido e as práticas de cartelização continuaram”.

Os senadores observam que as empresas processadoras detinham menos de 600 mil pés de laranja nos anos 1970 e hoje esse número está próximo de 50 milhões e continua aumentando.

Conforme notícia recente do jornal *Valor Econômico*, citada no requerimento, “a concentração econômica é evidente e quatro grupos econômicos centralizam o processamento do suco de laranja: Cutrale, Citrosuco, Citrovita e Louis Dreyfus”.

Conforme o jornal, são empresas de capital fechado “e pouquíssima transparência”.

Os senadores observam que as empresas processadoras detinham menos de 600 mil pés de laranja nos anos 1970 e hoje esse número está próximo de 50 milhões e continua aumentando.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Senado comemora Ano da França no Brasil

Às 10h, sessão especial do Plenário em comemoração ao Ano da França no Brasil. Na pauta da sessão deliberativa, que tem início às 14h, constam cinco propostas de emenda à Constituição. Entre elas, está a PEC 29/03, que determina que os objetivos da ordem social – de bem-estar e justiça social – serão avaliados por meio de indicadores de responsabilidade social a serem estabelecidos em lei complementar.



Sarney recebe Frente Parlamentar pela Igualdade Racial

O presidente do Senado, José Sarney, recebe às 14h50 membros da Frente Parlamentar pela Igualdade Racial, deputados Vicentinho, Janete Rocha Pietá e Carlos Santana, acompanhados dos integrantes do Comitê Interamericano contra a Discriminação Racial e Xenofobia, Bill Lucy (EUA); Maria Eva Villate (Colômbia); Patrick Yard (Caribe); Luis Lara (América Central); Jocélio Drummond e Élide Cruz (Brasil). Às 15h, dirige reunião de líderes, e às 16h, preside a ordem do dia.

Curso pré-vestibular em escolas públicas

Projeto de lei que determina a oferta de cursos pré-vestibulares gratuitos em escolas da rede pública de ensino médio em todo o país é o primeiro item da pauta da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), que se reúne às 11h. Outro projeto que será examinado pelo colegiado fixa critério de avaliação de cursos e instituições de ensino superior relacionado ao desempenho de seus egressos em provas de proficiência profissional.

Na CMA, proibição de cobrança adiantada de mensalidade

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa, às 11h30, entre 23 itens em pauta, propostas que alteram o Código do Consumidor. Uma delas proíbe a cobrança adiantada de mensalidade referente a serviço a ser prestado. Outra determina a forma de realização de campanhas de chamamento dos consumidores (*recall*), relativas à periculosidade de produtos e serviços já introduzidos no mercado de consumo.

Assistência à criança com câncer

As políticas sociais e de assistência ao câncer infanto-juvenil serão tema de audiência pública conjunta na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e a Subcomissão de Acompanhamento da Saúde, ligada à CAS, às 9h. A audiência faz parte de um ciclo de debates sobre o atendimento à saúde no Brasil, em especial nos 20 anos de existência do Sistema Único de Saúde (SUS). Estão convidados para o debate os médicos Maria Tereza Fonseca da Costa, do Instituto Nacional do Câncer; Francisco Neves, do Instituto Ronald McDonald; Renato Melaragno, da Sociedade Brasileira de Oncologia Pediátrica; e Rilder Flávio de Paiva Campos, da Confederação Nacional das Instituições de Apoio à Criança e ao Adolescente com Câncer.

CPI da Petrobras ouve representante de refinaria

Às 14h, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras realiza audiência pública para ouvir o gerente geral de Implementação de Empreendimentos para a Refinaria Abreu e Lima, Glauco Colepicolo Legatti; e o gerente de Engenharia de Custos e Estimativas de Prazos da Petrobras, Sérgio Santos Arantes.

Perspectivas do Brasil para a COP-15

As perspectivas do Brasil para a 15ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-15) serão tema de audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas, às 14h30, com a presença do diretor do Departamento de Meio Ambiente e Temas Especiais do Ministério das Relações Exteriores (MRE), Luiz Alberto Figueiredo Machado. A COP 15 reunirá representantes de cerca de 200 países em Copenhague, de 7 a 18 de dezembro deste ano.

Processamento de sucos é tema de audiência conjunta

Denúncias de concentração econômica na citricultura do país serão discutidas em audiência pública conjunta das comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 10h. Participam do debate os presidentes Arthur Badin, do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade); Flávio de Carvalho Pinto, da Associação Brasileira dos Citricultores; e Christian Lohbauer, da Associação Nacional dos Exportadores de Sucos Cítricos.



Quintanilha é um dos autores do pedido de audiência na CDR

Turismo no Meio-Norte será debatido

O Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte (PDSRT Meio-Norte) será discutido amanhã, em audiência pública na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), requerida por Leomar Quintanilha (PMDB-TO) e César Borges (PR-BA).

O plano foi desenvolvido porque a região Meio-Norte – compreendida pelo nordeste do Maranhão, norte do Piauí e noroeste do Ceará – apresenta baixa renda e está economicamente estagnada, de acordo com análise da Política Nacional de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional.

O PDSRT Meio-Norte ressalta que a região possui atrações turísticas como os Lençóis Maranhenses, o Delta do Parnaíba, a Costa do Sol Poente cearense, o Parque Nacional das Sete Cidades (PI), o Parque Ecológico da Cachoeira do Urubu (PI) e o Parque Nacional de Ubajara (CE).

Articulação

A intenção da proposta é “promover o desenvolvimento integral da região da Rota das Emoções, de forma sustentável e com equidade social, articulando as ações públicas federais, estaduais e municipais, com apoio nas organizações da sociedade civil e iniciativa privada”.

O plano foi elaborado por grupo de trabalho instituído pelo presidente da República em novembro de 2008 e formado por 11 ministérios, pelas secretarias de Planejamento e de Turismo dos estados do Piauí, Maranhão e Ceará e pela Agência para o Desenvolvimento Regional Sustentável.

Na audiência, o tema será debatido por representantes dos ministérios da Integração Nacional, Turismo, Meio Ambiente, Transportes e Minas e Energia. Também participarão do evento a Secretaria Especial de Portos, a Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e representantes de governos estaduais.

A íntegra do plano pode ser encontrada no site www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pdsrt.

Uso da internet nas campanhas, votação em trânsito e impressão do voto serão examinados pelas comissões de Constituição e Justiça e de Ciência e Tecnologia

Comissões podem votar amanhã reforma eleitoral

A PROPOSTA DE reforma eleitoral deverá ser votada amanhã nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em reunião conjunta às 9h. Depois de passar pelas comissões, a matéria será enviada ao Plenário do Senado.

Além de autorizar o uso da internet em campanhas eleitorais, o texto (PLC 141/09) traz como inovação a possibilidade de que a rede mundial seja utilizada para captação de recursos para campanha, por meio de cartão de crédito. A liberação ocorreria a partir de 5 de julho do ano em que se realizarem as eleições. Blogs e redes de relacionamento, como Orkut e Twitter, também serão permitidos como instrumentos de campanha, a exemplo do que fez o então candidato Barack Obama no último pleito nos Estados Unidos.

Os relatores trabalham com limitação de tempo. Mesmo reconhecendo que não conseguirão fazer a reforma política que esperam, os senadores Marco Maciel (DEM-PE) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), que relatam a proposta respectivamente na CCJ e na CCT, esforçam-se para que a votação da matéria ocorra em tempo suficiente para



Jonas Pereira



Genildo Magalhães

Para ganhar tempo, os relatores, Marco Maciel e Eduardo Azeredo, produzem parecer único. Projeto tem de ir à sanção antes de outubro

que as modificações sejam analisadas pela Câmara dos Deputados e a sanção ocorra até 30 de setembro, prazo limite para que as novas regras possam valer para as eleições de 2010.

Os dois senadores vão elaborar um relatório único sobre o projeto, que até a manhã de ontem havia recebido 38 emendas de integrantes das duas comissões. As emendas poderão ser apresentadas até o momento da discussão que precede a votação.

No Senado, a proposta já foi debatida em três audiências públicas conjuntas da CCJ e CCT. Os temas mais abordados foram a liberação da internet para as campanhas eleitorais, a possibilidade de impressão do voto, o voto em trânsito dentro do Brasil e a participação das mulheres no processo eleitoral.

Participaram das audiências públicas, entre outros convidados, o ministro da Defesa e ex-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Nelson Jobim; a ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Nilcéa Freire; e o relator da matéria na Câmara dos Deputados, Flávio Dino (PCdoB-MA). O PLC 141/09 foi aprovado pela Câmara em 8 de julho e chegou ao Senado ao final daquele mês.



Genildo Magalhães

Serys Slhessarenko solicitou a realização da audiência pela comissão

CDH discute redução da maioria penal

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) debaterá amanhã, às 9h, a Campanha Nacional contra a Redução da Maioridade Penal, coordenada pela Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude (ABMP).

A redução da maioria penal de 18 para 16 anos de idade está prevista na Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 20/99, aprovada em abril de 2007 pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de um texto alternativo do relator, Demostenes Torres (DEM-GO). Com a mudança acolhida na CCJ, jovens entre 16 e 18 anos, para serem responsabilizados criminalmente, deverão passar antes por exame psicológico que determinará se têm discernimento do ato delituoso cometido. O laudo técnico deverá ser emitido por junta nomeada pelo juiz.

Em junho deste ano, a Comissão de Justiça rejeitou emendas de Plenário, as quais tornariam a legislação mais rígida na punição de menores infratores. A PEC será agora submetida a dois turnos de votação no Plenário e, se aprovada, seguirá para a Câmara, onde também será avaliada em dois turnos.

Polêmica

A tramitação da PEC 20/99 no Senado (que é examinada em conjunto com as PECs 3/01, 26/02, 90/03 e 9/04) tem sido acompanhada de grande polêmica, motivo pelo qual Serys Slhessarenko (PT-MT), contrária à proposta, apresentou requerimento para debater o assunto. A Campanha Nacional contra a Redução da Maioridade Penal tem promovido debates em todo o país, como forma de mobilizar a população para barrar a aprovação da matéria.

A redução da maioria é criticada por diversos segmentos sociais e desaprovada pelo governo. Em encontro com o presidente do Senado, José Sarney, em abril, o ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vanucchi, condenou a proposta.

Para debater o tema, foram convidados o presidente da ABMP, Eduardo Resende; o promotor de Justiça e coordenador administrativo da Promotoria de Justiça e Defesa da Infância e da Juventude, Renato Barão Varalda; e a presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Carmen Silveira de Oliveira.

Brasil pode negar visto a indiciado por pedofilia

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisa nesta quinta-feira proposta que proíbe a concessão de visto de entrada no Brasil a estrangeiro indiciado em outro país pela prática de crime sexual contra criança ou adolescente, bem como por delitos relacionados à produção ou comercialização de pornografia infantil.

A proposta (PLS 235/09) é da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia. Muitos crimes sexuais contra crianças e adolescentes brasileiros são cometidos por estrangeiros que vêm ao Brasil praticar “o tão nefasto turismo sexual”, aponta a justificativa da proposta. Os parlamentares argumentam que, “em razão da natureza grave de tais delitos, somada à prioridade absoluta que a Constituição federal reservou à

proteção da infância e da juventude”, o país não deve correr o risco de autorizar o ingresso de abusadores sexuais.

Também está na pauta da CRE projeto (PLS 516/07) de autoria do senador Expedito Júnior (PR-RO) que obriga a União a trasladar para o Brasil corpo de brasileiro de família carente falecido no exterior.

Arma

A CRE também poderá analisar proposta (PLS 301/09) que permite o porte de arma pelos agentes e inspetores de segurança do Poder Judiciário e pelos agentes de trânsito dos estados e do Distrito Federal. Os inspetores de segurança, explica o autor do projeto, senador Gim Argello (PTB-DF), desempenham atividade de segurança institucional e proteção de autoridades, visitantes e até mesmo dos

próprios servidores. Já os agentes de trânsito fazem operações de fiscalização em vias públicas e “muitas vezes deparam com condutores embriagados, exaltados e violentos, precisando, assim, portar arma de fogo para cumprirem sua função com segurança”.

Repúdio

Na pauta da comissão consta ainda requerimento de voto de repúdio ao presidente da Venezuela, Hugo Chávez, “pela forma antidemocrática com que impôs a reforma constitucional em seu país, tendente de consolidar seu regime autoritário e personalista de governo”.

Na primeira parte da reunião, a CRE analisa ainda a indicação para que o embaixador do Brasil na Líbia, George Ney de Souza Fernandes, acumule o cargo de embaixador em Malta.



Márcio Kallume

Comissão de Relações Exteriores analisa projeto que obriga União a trasladar corpo de brasileiro pobre morto no exterior

Contrariados com a retenção de recursos orçamentários que seriam destinados a emendas individuais, de bancadas e de comissões, parlamentares pedem revisão de ações do governo, ou ao menos explicações sobre cortes

Insatisfação pode dificultar retomada de votações na Comissão de Orçamento

A COMISSÃO MISTA de Orçamento (CMO) tem reunião marcada para amanhã, mas enfrenta dificuldades políticas para cumprir a agenda. Contrariados com a retenção de recursos das emendas individuais no Orçamento vigente, os integrantes do colegiado, neste segundo semestre, não têm assegurado o número mínimo de presentes necessário para deliberações.

A insatisfação, tanto da base governista quanto da oposição, cresceu depois da publicação de decretos do presidente Lula retirando recursos de emendas de bancadas e de comissões para

suplementar despesas de ministérios e da própria Presidência da República.

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PE), que integra o Comitê de Representantes de Líderes Partidários na CMO, afirma que o clima de crise no Senado e de embate em decorrência das eleições de 2010 também contribui para "embaraçar" os trabalhos da comissão. Mesmo assim, ele diz acreditar que serão votadas as matérias "indispensáveis", como o projeto do Orçamento 2010 – que o governo deve encaminhar ao Congresso até o fim do mês – e propostas que abrem

créditos adicionais.

– Os parlamentares terão de entender que essa queda de braço tem limites, e o governo, do mesmo modo, verá que não é possível ultrapassar determinadas linhas – afirmou.

Na avaliação do deputado Narcio Rodrigues (PSDB-MG), "a pacificação dos ânimos está longe de acontecer". Apesar de os cortes sobre as emendas de bancadas terem ocorrido dentro das margens que o governo é autorizado a fazer sem pedir ao Congresso, ele criticou a ausência de negociações.

– Essas emendas são ardua-

mente negociadas e se destinam a obras estruturantes. O governo vem e corta sem qualquer critério, padrão ou lógica – criticou.

Sem rever esse e outros pontos, o deputado afirma que o governo não poderá contar com a oposição na CMO. "Haverá toda resistência", afirmou.

Entre os pontos que o PSDB considera indispensáveis para um entendimento, está ainda a retirada do veto presidencial a artigo da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2010 que previa a obrigação de reserva de recursos para compensar as perdas dos estados exportadores



Jonas Pereira

Cavalcanti diz esperar que as matérias "indispensáveis" possam ser votadas

com isenções tributárias asseguradas pela Lei Kandir.

Cortes

O site da CMO divulgou ontem o balanço dos cortes feitos sobre as emendas de bancadas e comissões por meio de três decretos. No total, considerando as emendas de bancada, os estados estão perdendo quase R\$ 9,5 bilhões das dotações previstas no Orçamento deste ano.

Regulamentação da assistência jurídica em estabelecimento penal

Pode ser votado amanhã na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) projeto que regulamenta a atuação da Defensoria Pública no âmbito da execução da pena.

A proposta (PLC 43/09) prevê a necessidade de prestação de auxílio estrutural, pessoal e material às defensorias públicas para a realização da assistência jurídica, integral e gratuita, dentro e fora dos estabelecimentos penais, em todas as unidades da Federação. Inclui ainda a Defensoria Pública na lista de Órgãos da Execução Penal, além de reservar espaço próprio à Defensoria Pública dentro dos estabelecimentos penais.

Dados do Ministério da Justiça (2008) indicam que existem cerca de 446 mil presos no Brasil. Estima-se que 90% deles não possuem condições financeiras para pagar um advogado particular, permanecendo, efetivamente, esquecidos pelo Estado. Tal situação

dificulta ainda mais o processo de ressocialização do indivíduo encarcerado, tornando-o extremamente vulnerável ao assédio de facções criminosas (que, em muitos casos, fornecem assistência jurídica em troca de favores espúrios ou lealdade).

Presídios

Com a aprovação do PLC 43/09, será estimulada a atuação da Defensoria Pública junto aos presídios, a fim de reduzir os índices de superlotação e rebeliões, assegurando maior rapidez e eficiência nos processos de execução.

O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP), do Ministério da Justiça, já manifestou seu apoio à aprovação do projeto sem emendas.

A proposição é de autoria do deputado Edmilson Valentim (PCdoB-RJ). No dia 19 de agosto, um pedido de vista adiou a votação da proposta.

Defensorias serão discutidas em audiência na CCJ

Criadas para dar assistência jurídica às pessoas de baixa renda, as defensorias públicas serão tema da audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) nesta quinta-feira. A reunião discutirá o projeto apresentado pelo Executivo que reorganiza as defensorias, alterando a Lei Complementar 80/94. A matéria foi aprovada na Câmara em junho e agora tramita no Senado como PLC 137/09.

De acordo com o Ministério da Justiça, o projeto aborda "quatro principais aspectos: a indicação dos objetivos e a ampliação das funções insti-

tucionais; a regulamentação da autonomia funcional, administrativa e orçamentária; a democratização e modernização da gestão da Defensoria Pública; e a seleção e formação dos defensores públicos".

O relator na CCJ, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), destaca que a proposta adapta as defensorias à alteração introduzida pela Emenda Constitucional 45/04, conhecida como reforma do Judiciário, que conferiu às defensorias públicas estaduais autonomia administrativa e funcional e sobre suas dotações orçamentárias.

Foram convidados para a

audiência os presidentes das associações nacionais dos defensores públicos (Anadep), André Luis de Castro; dos procuradores da República (ANPR), Antonio Carlos Bigonha; dos membros do Ministério Público (Conamp), José Carlos Cosenzo; e dos defensores públicos da União (Andpu), Luciano Borges. Também devem participar o presidente da OAB-SP, Luiz Flávio D'Urso; o secretário de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça, Pedro Vieira Abramovay; e o secretário de Reforma do Judiciário do Ministério da Justiça, Rogério Favreto.

Escola pública de nível médio poderá ter curso pré-vestibular

As escolas da rede pública de ensino médio de todo o país poderão oferecer aos seus alunos cursos pré-vestibulares. É o que prevê projeto de lei do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) a ser votado em decisão terminativa na reunião de hoje da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

De acordo com o projeto (PLS 70/09), que tem parecer favorável do relator, Efraim Moraes (DEM-PB), a oferta dos cursos, entretanto, somente se fará nos municípios onde a demanda por matrículas no ensino médio já esteja totalmente atendida, inclusive na modalidade de educação de jovens e adultos.

Também em decisão terminativa, a CE deve votar projeto do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que autoriza a União a instituir o programa nacional

de reforço escolar na educação básica pública. O projeto tem como objetivos melhorar o desempenho do aluno com dificuldades de aprendizagem e dinamizar o fluxo escolar. A proposta tem parecer favorável do relator, Paulo Paim (PT-RS).

A CE deve examinar também projeto (PLS 179/08) do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) que cria o adicional por atividade de risco para os vigilantes de instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica. De acordo com a proposta, o adicional será cumulativo com as demais vantagens recebidas pelo vigilante, sendo fixado entre 50% e 100% do vencimento básico, conforme definição contida em ato a ser baixado pelo Poder Executivo.

A CE deve examinar também o projeto (PLS 403/07) do ex-se-



Geraldo Magela

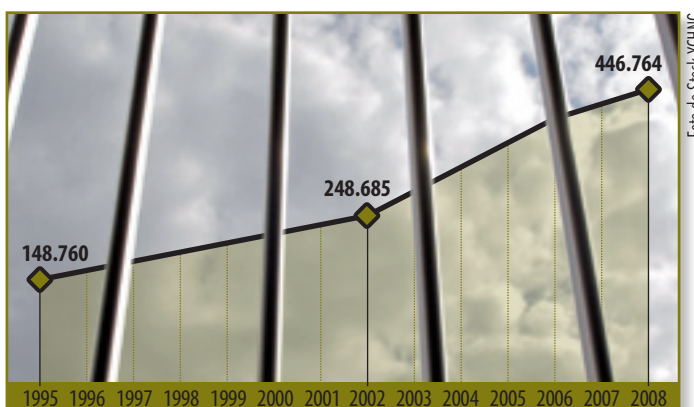
Flexa Ribeiro é autor do projeto a ser votado pela Comissão de Educação

nador Wilson Matos que institui o Exame Nacional do Magistério da Educação Básica (Enameb) para avaliar o desempenho dos professores nas escolas públicas e privadas.

Consta da pauta ainda o exame do PLC 35/09, do deputado Felipe Bornier (PHS-RJ), que torna obrigatória a disponibilização da meia-entrada em venda, pela internet, de bilhetes para espetáculos culturais.

Evolução histórica dos presos no Brasil

Estima-se que 90% deles não possuem condições financeiras para pagar um advogado particular, permanecendo, efetivamente, esquecidos pelo Estado



Fonte: Ministério da Justiça

Senado celebra Ano da França no Brasil

O Senado promove hoje, às 10h, sessão especial em comemoração ao Ano da França no Brasil e à ação das alianças francesas como agentes de difusão cultural no país. O ano de 2009 foi denominado Ano da França

no Brasil, com o objetivo de fortalecer a parceria estratégica entre os dois países e ocorre em reciprocidade ao Ano do Brasil na França, realizado em 2005.

Ainda hoje, às 14h30, no Auditório do Interlegis, haverá a

palestra "A política exterior das assembleias legislativas". O ministro-conselheiro da Embaixada da França, Xavier Lapeyre de Cabanes, e o professor da Universidade de Brasília e do Instituto Rio Branco, Amado Luiz Cervo,

serão os debatedores.

Às 16h, no prédio do Interlegis, a Compagnie Lézards Bleus faz uma apresentação performática, com a participação de Antoine Le Menestrel, especialista em escaladas.



Alvaro é contra o Brasil assumir acordo sobre têxteis bolivianos

Alvaro critica promessa de Lula a Evo Morales

Promessa feita pelo presidente Lula ao presidente da Bolívia, Evo Morales, foi criticada por Alvaro Dias (PSDB-PR). Segundo o senador, Lula garantiu que o Brasil substituirá os Estados Unidos em um acordo de preferência tarifária para a compra de produtos têxteis. Os americanos suspenderam o convênio sob a alegação de que os bolivianos não estavam cumprindo a cláusula de cooperação no combate ao narcotráfico, disse.

– O governo boliviano estimula o narcotráfico e o Brasil tem sido a principal vítima. Por esse acordo, a Bolívia vai exportar para o nosso país até US\$ 21 milhões de produtos têxteis com tarifa zero. Não considero oportuno o Brasil substituir os EUA nesse acordo de condições tão excepcionais, oferecendo regalias a um país que ostensivamente não coopera no combate ao narcotráfico na região – afirmou.

Folha de coca

Alvaro considera que “pior do que o acordo em si” é o fato de ele ter sido anunciado durante visita que Lula fez à região do Chapare, considerada maior produtora de cocaína da Bolívia e berço político de Morales. Para agravar, acrescentou Alvaro Dias, Lula e o presidente boliviano estavam usando colares feitos com folhas de coca durante o ato político, no qual o presidente brasileiro teria apoiado a reeleição de Morales.

Segundo o senador, na ocasião Lula também assinou convênio para a liberação de empréstimo de cerca de US\$ 332 milhões para a construção de uma estrada, a chamada Transco-calera. Alvaro disse que, no Brasil, várias rodovias estão destruídas e necessitando de restauração, que não é feita sob a alegação de falta de recursos.

Em aparte, João Pedro (PT-AM) ponderou que há diferenças entre a folha de coca e a cocaína. Ele lembrou que a folha faz parte da cultura da população andina e dos povos da Amazônia, sobretudo os indígenas.

Pauta do Plenário tem 46 itens, incluindo quatro propostas de emenda à Constituição prontas para serem votadas. MP que socorre municípios é aguardada

Líderes devem se reunir hoje para definir votações

OS LÍDERES PARTIDÁRIOS devem se reunir hoje com o presidente do Senado, José Sarney, para definir os projetos que serão priorizados nos próximos dias na pauta de votações do Plenário. A reunião está marcada para as 15h no gabinete da Presidência.

A pauta do Plenário para hoje tem 46 itens, entre os quais quatro propostas de emendas à Constituição, todas prontas para serem votadas. A PEC 29/03, de autoria da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), estabelece condições para a criação de uma Lei de Responsabilidade Social; a PEC 7/08, de autoria do senador Gim Argello (PTB-DF), transfere a manutenção da Defensoria Pública do Distrito Federal do

âmbito da União para o âmbito do Distrito Federal; já a PEC 19/07, de autoria do senador Tião Viana (PT-AC), autoriza os deputados e os senadores a licenciar em instituições públicas de ensino superior. Por fim, a PEC 42/08, oriunda da Câmara dos Deputados, trata da proteção e dos direitos econômicos, sociais e culturais da juventude.

Também consta da pauta o Projeto de Lei da Câmara 48/07, que determina a contratação apenas de mulheres no efetivo de segurança interna das penitenciárias femininas. De autoria do deputado Alberto Fraga (DEM-DF), o projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cida-

dania (CCJ).

Além dessas matérias, é aguardada a inclusão na pauta da Medida Provisória 462/09, que foi aprovada e modificada pelos deputados e chegará ao Senado já trancando a pauta de votações. A MP trata da prestação de apoio financeiro pelo governo federal às prefeituras com o intuito de ajudá-las a enfrentar a queda de receitas provocada pela crise financeira internacional, mas contém, em seu texto, emendas que tratam da redução de juros cobrados nas renegociações de dívidas com a União; da utilização de recursos federais em estradas estadualizadas; e da liberação do FGTS para imóveis adquiridos por meio de consórcios.



Plenário deve examinar pauta extensa: prioridades dependem de entendimento na reunião de hoje à tarde

Maciel quer prioridade a projeto de irrigação em PE

Marco Maciel (DEM-PE) pediu ao governo federal que dê prioridade e libere verbas para que seja implantado o projeto de irrigação Canal do Sertão Pernambucano, que, a seu ver, é fundamental para a melhoria da qualidade de vida do semiárido de seu estado. Disse que o projeto consta do Plano Plurianual de Investimentos que vai até 2011, mas nada foi executado até hoje.

O senador argumentou que o semiárido nordestino é uma região muito pobre e o projeto dará 600 mil empregos diretos e indiretos, com a irrigação de aproximadamente 200 mil hectares num prazo de dez a 15 anos. A renda da área irrigada poderá chegar a R\$ 2 bilhões por ano. O canal usará águas do rio São Francisco, as quais serão distribuídas por 577 quilômetros de canais, beneficiando municípios do oeste de Pernambuco.

Segundo Marco Maciel, o Canal do Sertão obteve aprovação técnica da Companhia de Desenvolvimento do Rio São Francisco (Codevasf) e permitirá inclusive a perenização dos rios Pontal, Garças, São Pedro, Brígida e Terra Nova. Ele aplaudiu o trabalho do ex-deputado Oswaldo Coelho em prol do canal e do polo de irrigação de Petrolina (PE) e Juazeiro (BA). O senador lamentou que o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não tenha até agora contribuído para aumentar a área de culturas irrigadas em Juazeiro-Petrolina.

João Pedro lamenta extrema pobreza no Haiti



Senador defende permanência do Exército brasileiro no país

João Pedro (PT-AM) fez, ontem, um relato da viagem de comitiva de senadores ao Haiti este mês. Em seu pronunciamento, ele alertou para as condições de vida dos quase 9 milhões de haitianos e defendeu a permanência do Exército brasileiro em missão de paz das Nações Unidas.

A construção de estrada pelo Exército e o trabalho desenvolvido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) foram exemplos apontados pelo senador da importância da missão brasileira. Ele também assinalou a ajuda da Argentina, que administra o único hospital, e o trabalho de diversas organizações não governamentais brasileiras.

João Pedro disse que não há como comparar a pobreza do Brasil e a ausência do Estado em algumas localidades com a situação do Haiti.

– Numa das visitas a um bairro da capital, Porto Príncipe, parte da nossa comitiva chorou. Comem-se gatos no Haiti e não há iluminação pública na capital.

SUSTENTABILIDADE

Senado participa de Bienal do Livro

Nove dias dedicados à educação, à cultura e à sustentabilidade. Essa é a proposta da 1ª Bienal do Livro de Curitiba, que acontece de 27 de agosto a 4 de setembro, no Expo Unimed Curitiba, na Universidade Positivo. O Senado Federal participará do evento.

A expectativa é de que cerca de 200 mil pessoas visitem a bienal. A senadora Marina Silva (sem partido/AC) e o teólogo Leonardo Boff debaterão o tema “Salvar o planeta: responsabilidades e estratégias”. Os escritores Carlos Heitor Cony e Moacyr Scliar, a atriz Marília Pêra e o maestro João Carlos Martins também estarão no evento.

JUSTIÇA ELEITORAL



Tião Viana: nota sobre declaração de bens

Em nota à imprensa divulgada ontem, Tião Viana (PT-AC) afirma que, na declaração de bens por ele apresentada ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) na campanha de 2006, cumpriu exatamente as exigências contidas na Lei 9.504/97, que normatiza o registro de candidaturas.

Na nota, Tião Viana se refere a matéria em que o jornal *Folha de S.Paulo* declara que ele teria ocultado terreno de sua propriedade situado num condomínio residencial de Rio Branco. De acordo com o senador, o terreno foi comprado por sua esposa, Marlúcia Cândida Viana, estando assim registrado em cartório.

EVENTO

Encontro debateu governança aplicada

O Interlegis sediou, na última sexta-feira, o 2º Encontro de Governança Aplicada, promovido pela Information Systems Audit and Control Association (Isaca), apoiado pela Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) e pela Comunidade TIControl.

Além de exposições referentes à organização e estruturação da Isaca em Brasília, foram apresentadas soluções para a gestão de órgãos governamentais, feitas a partir de estudos elaborados pelos funcionários da Controladoria Geral da União (CGU) José Geraldo Rodrigues e da Secretaria do Tesouro Nacional Maria Betânia Xavier.

Na opinião do senador, aprovar a Contribuição Social para a Saúde, em discussão na Câmara, seria o mesmo que recriar a CPMF. "Não vamos deixar passar esse imposto aqui. É bom que o presidente da República saiba disso", avisa

Mário Couto diz que Senado não aprovará substituta da CPMF

O SENADOR MÁRIO Couto (PSDB-PA), em pronunciamento feito ontem no Plenário, rechaçou a hipótese de uma nova tributação de movimentações financeiras nos moldes da extinta CPMF vir a ser aprovada pelo Congresso. Para ele, mesmo que a Contribuição Social para a Saúde (CSS) seja aprovada na Câmara dos Deputados, será rejeitada no Senado.

– Não vamos deixar passar esse imposto aqui, é bom que o presidente da República saiba disso – afirmou.

Couto lamentou que o governo federal esteja tentando aprovar o novo imposto e ressaltou que o equivalente a quase 37% do produto interno bruto



Mário Couto afirma que população brasileira já está sacrificada pela alta carga tributária

(PIB) do Brasil é arrecadado pelo governo na forma de tributos. Mesmo assim, afirmou, os contribuintes não dispõem de serviços adequados de saúde, educação e segurança pública,

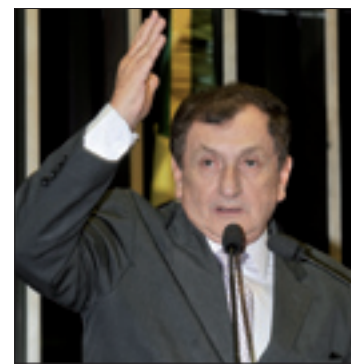
e as estradas, portos e aeroportos estão em situação precária.

– Essa tal de CSS é a mesma coisa que a CPMF. Fico constringido em saber que o governo insiste em tirar dinheiro do bolso de um povo tão sofrido. Está mais do que provado que o brasileiro é massacrado com a cobrança de impostos – salientou.

O senador também criticou o fato de o Brasil financiar obras em outros países. Ele assinalou que, enquanto foram aplicados US\$ 25 milhões na Palestina, US\$ 52 milhões na Bolívia, US\$ 36 milhões no Gabão

e US\$ 4 milhões em Cabo Verde, brasileiros continuam passando fome, sem atendimento médico e também sem poder matricular seus filhos nas escolas.

Em aparte, o senador Mozerildo Cavalcanti (PTB-RR) classificou o discurso de Mário Couto como "uma vacina contra esse mal que está se desenhando na Câmara, por iniciativa do governo", referindo-se à CSS. Já Papaléo Paes (PSDB-AP) disse que admira o ministro da Saúde, José Gomes Temporão, no que diz respeito aos programas desenvolvidos pelo ministério, mas reprova as movimentações que vem fazendo no sentido de convencer parlamentares a apoiarem a aprovação da CSS.



Jonas Pereira

"O soldado brasileiro é de alta respeitabilidade", diz Mão Santa

Mão Santa homenageia militares

Ao comunicar ao Plenário o recebimento da mais importante medalha do Exército Brasileiro – a Medalha do Pacificador –, o senador Mão Santa (PMDB-PI) prestou uma homenagem aos soldados das Forças Armadas do país, cujo dia se comemora amanhã.

Em seu pronunciamento, Mão Santa citou nomes de militares que desempenharam um papel proeminente na vida política nacional, como o marechal Deodoro da Fonseca, proclamador da República e primeiro presidente do Brasil, e do ex-presidente da República general Ernesto Geisel, que governou o país de 1974 a 1979.

– O soldado brasileiro é de alta respeitabilidade, basta rememorar nossa história. Na história de nosso país, vários deles assumiram o poder na República. O início da República foram os militares, com o presidente marechal Deodoro da Fonseca e o vice marechal Floriano Peixoto – disse.

Inverdade

Mão Santa, no mesmo discurso, criticou ainda o que considerou como "propaganda enganosa" promovida pelo governador do Piauí, Wellington Dias. Segundo o parlamentar, Wellington Dias tem frequentemente dado informações falsas à imprensa sobre realizações de seu governo no estado do Piauí, por exemplo, sobre as obras do Aeroporto Internacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato.

De acordo com Mão Santa, os anúncios feitos pelo governador Wellington Dias falaram de uma mega-estrutura aeroportuária de aspecto arrojado, mas o que foi inaugurado foi apenas uma pista de 1.650 metros.



Segundo Papaléo Paes, apenas 7% dos cursos do ensino médio no país são técnicos

Papaléo quer construção de mais escolas técnicas

Sob o argumento de que as empresas enfrentam dificuldades para contratar pessoal técnico, Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu ontem mais investimentos em escolas técnicas de nível médio. Observou que, infelizmente, ao mesmo tempo em que há falta desses técnicos, sobram nas universidades cursos que não atendem à necessidade do mercado de trabalho.

Números do Censo Escolar de 2006, conforme Papaléo, comprovam sua reivindicação. Do total de cursos de ensino médio do país, apenas 7% correspondem a cursos técnicos. Em países desenvolvidos e em muitos países em desenvolvimento, a proporção de cursos técnicos vai de 50% a 70%, acrescentou.

O senador criticou o Ministério da Educação, que teria falhado ao fiscalizar a aplicação de R\$ 257 milhões do Programa de Expansão da Educação Profissional (Proep), entre 1998 e 2007. De acordo com notícia do jornal *Folha de S. Paulo*, os recursos foram liberados para entidades comunitárias que iriam construir, ampliar e equipar escolas técnicas, sob a condição de oferecerem gratuitamente metade de suas vagas. No entanto, de 98 entidades beneficiadas, apenas uma cumpriu integralmente o contrato com o ministério.

Mesquita Júnior destaca plano de acabar com queimadas no Acre

Mesquita Júnior (PMDB-AC) relatou audiência pública realizada em Sena Madureira (AC) entre representantes dos ministérios públicos federal e estadual e mais de 600 pequenos produtores rurais. A reunião, informou, serviu para instruir ação civil pública cujo objetivo é "a completa desativação" do processo de queima de terras no estado para produção agrícola.

De acordo com o senador, o Ministério Público inovou ao imputar ao governo do estado a responsabilidade pelo fornecimento de instrumentos tecnológicos para acabar com o processo de queima do solo na produção de alimentos. O senador disse que, nesses últimos anos, o governo estadual foi "absolutamente omissivo" nessa questão.

Mesquita Júnior ressaltou que a proposta prevê um prazo de três a quatro anos para que o estado promova o acesso dos pequenos produtores rurais aos recursos tecnológicos necessários ao trato da terra. O senador afirmou que oportunamente abordará o assunto de forma mais pormenorizada.

O representante do Acre no Senado criticou a falta de comunicação entre os órgãos federais. Relatou que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) comprou uma área de 700 mil hectares e a transformou na Reserva Extrativista Cazumbá Iracema. Essa área, segundo relato de um funcionário do órgão ao senador, está sendo utilizada como local de compensação para queimadas autorizadas pelo Incra em pequenas propriedades. Mas o Insti-



Gerardo Magalhães

Mesquita Júnior diz que governo do estado foi "absolutamente omissivo" na questão

tuto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não tem conhecimento dessa ação do Incra e multa os pequenos produtores que se utilizam das queimadas, mesmo tendo sido autorizados pelo outro órgão federal. Mesquita Júnior sugeriu que o Incra deixe por escrito, com os pequenos proprietários, a autorização para a realização das queimadas.

PMDB

No mesmo pronunciamento, o senador ressaltou a força da pré-candidatura, pelo PMDB, do vereador Rodrigo Pinto, de Rio Branco, ao governo do Acre. Filho do ex-governador Edmundo Pinto, o vereador "é um candidato forte, de penetração grande na juventude, que tem empolgado a militância".

Mesquita Júnior elogiou a viagem feita pelo vereador a grande parte do estado, em que atravessou a BR-364 para conhecer as condições em que vive a população.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por João Pedro • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues Pozebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920



“Todos os picaretas estão na base do governo Lula”, afirma senador

Jarbas diz que herança política de Lula é perversa

O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) afirmou, em pronunciamento feito ontem, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “tem o toque de Midas ao contrário, quando se trata de política”. E acrescentou que a herança política do presidente Lula é “perversa” e “negativa, em especial para as gerações mais novas”.

– Os jovens devem saber que a política não é o terreno da esperteza, da mentira e do cinismo, como sugere o comportamento do atual presidente da República.

Jarbas Vasconcelos disse ser necessário combater “as mentiras e os devaneios do atual ocupante do Palácio do Planalto”, repetidos “pelos palanques montados com dinheiro público no Brasil afora”. Para o senador, a proximidade do ano eleitoral “tem derrubado o nível dos discursos presidenciais”.

O parlamentar criticou a afirmação de Lula de que “a oposição, quando não tem argumento para fazer oposição, é pior que doença que não tem cura”. Disse que o presidente tem memória curta, pois foi oposição por 24 anos. afirmou que Lula foi contra a Constituição de 1988, contra o Plano Real e contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, sem que seu partido tenha apresentado alternativa viável às propostas.

O senador disse que, segundo Lula, a oposição não tem projeto. Mas Jarbas Vasconcelos enfatizou que os principais projetos do governo Lula vieram do governo anterior, citando a política macroeconômica e o programa Bolsa Família.

O senador afirmou ter em mãos uma série de ataques extremamente agressivos proferidos por Lula contra os ex-presidentes da República e hoje senadores José Sarney (PMDB-AP) e Fernando Collor (PTB-AL), além de Itamar Franco. Disse que não iria lê-los por serem impubescíveis. Mas lembrou que os antigos adversários são hoje considerados por Lula “cidadãos incomuns e injustiçados”.

Jarbas Vasconcelos disse que as reiteradas críticas do presidente a tribunais de contas, à imprensa e aos partidos de oposição são preocupantes, sinalizando que o presidente gostaria de ser um ditador. Lembrou que “nunca antes na história deste país um presidente interferiu tanto no Legislativo”.

– Não é coincidência o fato de o Congresso Nacional enfrentar suas maiores e mais profundas crises exatamente durante a passagem de Lula pelo Palácio do Planalto – afirmou Jarbas Vasconcelos.

O parlamentar apenas concordou com Lula quando este disse que quanto mais as pessoas sérias se afastam da política, mais “picaretas” vão entrar nela.

– O problema é que todos os picaretas estão na base do governo Lula.

Três senadores recordaram ontem os 55 anos do suicídio do presidente Getúlio Vargas e destacaram mudanças promovidas por ele nas eleições, na economia e na infraestrutura do país, com o fim da República Velha

Sarney lembra morte de Getúlio e homenageia Euclides da Cunha

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, lembrou ontem a vida de Euclides da Cunha e sua obra máxima, o livro *Os Sertões*, observando que não pôde fazer o seu discurso na sessão de homenagem realizada pela Casa no último dia 18. No mesmo discurso, o senador abordou a sucessão de eventos que culminaram, em 24 de agosto de 1954, com o suicídio do presidente Getúlio Vargas e o desencadeamento de uma enorme crise política.

O assassinato de Euclides da Cunha completou cem anos no dia 15 de agosto, e a morte de Getúlio fez 55 anos ontem. Sarney recordou que era um jovem filiado à UDN à época do suicídio de Getúlio e, no Rio de Janeiro, acompanhou aqueles acontecimentos. Ele disse que o seu partido não esperava que o criador do Estado Novo se suicidasse. O golpe, em sua opinião, “foi um grande golpe político aplicado à UDN”.

Sobre Getúlio, Sarney disse que ele talvez tenha sido uma das figuras mais meteóricas da política brasileira. Foi deputado estadual e, mais tarde, eleito deputado federal, assumiu a presidência da Comissão de Finanças. O senador contou que, por conta do cargo, Getúlio também acabou sendo escolhido para ser o ministro da Fazenda. Segundo Sarney, nesse momento começou a ascensão de Getúlio. Foi eleito para a presidência da Província do Rio Grande do Sul e, em seguida, liderou a Revolução de 1930. Em seguida, na negociação com os tenentes, conduzida por Oswaldo Aranha, Getúlio se compromete a criar o Ministério do Trabalho, por eles defendida, recebendo o seu apoio para a Presidência da República.

– Getúlio passa a executar um governo que tinha o social como prioridade. Ele teve um período brilhante. Envolvi-



Segundo Sarney, *Os Sertões* “é a obra que, por excelência, define a nacionalidade do Brasil”

do com os problemas que chegaram em 1954, ele encontrou a solução política de entregar sua própria vida, no meio de uma grande crise política – disse.

Euclides da Cunha

Sarney também discorreu sobre a vida e a obra de Euclides da Cunha e ressaltou o seu “estilo inconfundível, forte” de fazer literatura, que já era sentido quando escrevia para o jornal *O Democrata*, aos 19 anos. O senador observou que Euclides gostava de carregar tudo que dizia com uma grande base de conhecimentos científicos.

Sarney também fez um relato da vida pessoal de Euclides da Cunha, marcada, segundo ele, pela tragédia, desde a infância pobre até o assassinato pelo amante de sua mulher, a quem tentava matar.

– A tragédia desses episódios do começo da sua vida e da sua morte se apequena, torna-se menor diante da grande compreensão e do domínio formal que o escritor passa a ter na literatura brasileira. Ninguém pode ultrapassar a obra que define a nacionalidade do Brasil por excelência, que é *Os Sertões*.

Suplicy compara momentos de *Os Sertões* e do Senado

Em aparte ao discurso de José Sarney sobre Euclides da Cunha, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a obra *Os Sertões* “retratou situações dramáticas da história do Brasil” e que o momento atualmente vivido pelo Senado também é “de extraordinária tensão”. Suplicy protestou contra o arquivamento das denúncias contra Sarney no Conselho de Ética e afirmou que, por onde anda, as pessoas lhe cobram para que diga “as coisas que precisam ser ditas”.

– O arquivamento das representações não significou que nós tenhamos resolvido os problemas do Senado. As pessoas desejam o esclarecimento mais cabal, que as dúvidas sobre o conteúdo das representações sejam, efetivamente, dirimidas – afirmou.

Sarney disse que Suplicy estava “toldando” a homenagem a Euclides da Cunha. O presidente do Senado acrescentou que, a não ser que o senador estivesse tomado de “tamanho paixão política”, não via motivos para que Suplicy deixasse de respeitar “as regras mais comeczinhas da educação e da convivência parlamentar”.

Sarney afirmou ainda que já havia respondido da tribuna a todas as acusações que lhe foram feitas, e questionou a Suplicy se, como ele não protestou, na época, contra nenhuma das medidas tomadas em suas duas primeiras gestões como presidente do Senado, quais foram as medidas tomadas nos últimos cinco meses, “se não procurando corrigir o Senado?”

Mozarildo destaca avanços nas práticas políticas

Ao lembrar os 55 anos da morte do presidente Getúlio Vargas, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) destacou em Plenário o importante papel desempenhado pelo então chefe do governo na modernização das práticas políticas existentes à época da República Velha.

– [O governo de Getúlio Vargas] representou um divisor de águas entre a República Velha e a República Nova. Antes de Getúlio, o voto era de cabresto e as mulheres não votavam. A Presidência da República fazia parte de um acordo entre Minas Gerais e São Paulo, período conhecido como “República do Café com Leite” – disse.

Rio Branco

Entre as realizações de Getúlio, Mozarildo destacou a criação, em 1943, do território federal do Rio Branco, mais tarde denominado como território federal de Roraima, o qual foi transformado em estado pela Constituição de 1988.

Mozarildo leu trechos da biografia de Getúlio Vargas publicada no site do seu partido. O senador leu ainda a Carta Testamento deixada por Getúlio explicando o seu gesto.

O parlamentar reclamou da falta de publicação por jornais e revistas brasileiros de matérias sobre a morte de Getúlio.

Em aparte, Mão Santa (PMDB-PI) recordou a participação do presidente da Casa, José Sarney, na transformação dos ex-territórios em estados, durante a Constituinte de 1988.



Mozarildo ressalta criação do território de Rio Branco, hoje estado de Roraima

Modelo civilizatório não mudou, adverte Cristovam

No momento em que o país relembra os 55 anos da morte do presidente Getúlio Vargas, o Brasil precisa fazer uma nova mudança de rumos, afirmou ontem Cristovam Buarque (PDT-DF).

O senador disse que Getúlio colocou o país no rumo da industrialização, da urbanização e da modernização, mas lamentou que, passados 55 anos desde o fim de seu governo, o modelo civilizatório do Brasil permaneça o mesmo, sem que tenha havido, em sua opinião, mudanças significativas.

– Um país que deu um salto na infraestrutura, mas uma infraestrutura do mesmo padrão, só que maior. O país continua com a concentração de renda, que teve mudanças cosméticas. Ele não regrediu, mas o que avançou não permite dizer que houve um salto estrutural.

Para Cristovam, o Brasil precisa que sua economia não se baseie mais na indústria mecânica, mas na “indústria do conhecimento” – isso é, na pesquisa científica e na produção tecnológica – e que a distribuição de renda seja uma característica dessa economia. Além disso, o senador falou da necessidade de promover uma urbanização “limpa, eficiente e pacífica” e de que o cuidado com o meio ambiente seja uma prática incorporada pelas indústrias. Disse ainda que é necessário reequilibrar os três Poderes, de modo que o Legislativo – em sua opinião, hoje enfraquecido – se equipare ao Executivo e ao Judiciário.



Cristovam: Brasil deve basear economia na “indústria do conhecimento”



Genaldino Magalhães

Senador observa que emendas foram enxertadas como "contrabando"

Garibaldi pede cuidado com votação da MP 462

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) pediu cuidado com a análise e votação da Medida Provisória 462/09, que trata do socorro financeiro aos municípios, que sofreram perdas com a crise econômica. A MP, já aprovada pela Câmara, vem ao Senado, segundo Garibaldi, "carregada das chamadas emendas de contrabando, que são enxertadas na Câmara e que não dizem respeito ao que a medida provisória trata".

Em rápido pronunciamento ontem, o senador afirmou que tem "uma resistência muito grande às medidas provisórias", lembrando que já teve inclusive a oportunidade, como presidente do Senado, de devolver uma delas à Presidência da República. O representante potiguar disse que o prazo de vigência da MP vai até 27 de setembro, mas ela não deve ser votada às pressas, por trazer "esse elenco de penduricalhos, de emendas que foram acrescentadas".



José Cruz

Rosalba explica que Mossoró e a região do Siridó serão beneficiadas

Rosalba Ciarlini defende a criação de ZPE do Sertão

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) defendeu a criação de uma zona de processamento de exportação (ZPE) no vale do Açu, no Rio Grande do Norte, conforme previsto em proposta de sua autoria já aprovada no Senado e em análise na Câmara dos Deputados.

A senadora disse que a "ZPE do Sertão" vai beneficiar não apenas a região do Siridó, mas também o oeste do estado e a cidade de Mossoró, favorecendo a comercialização de sal, barriha (carbonato de sódio), mármore e diversos outros produtos com a capacidade de agregar valor, desde que o estado atraia investidores para a geração de emprego e renda na região.

Rosalba Ciarlini afirmou ainda que a ZPE do sertão do Rio Grande do Norte abrange uma área servida por estradas, o que irá colaborar para o crescimento do entorno da região e também para o incentivo das atividades turísticas.

Especialistas debatem em audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infraestrutura prioridade para as usinas hidrelétricas e defendem necessidade de ampliar uso de fontes alternativas

"Brasil pode se tornar uma grande potência energética"

A EXPLORAÇÃO DO petróleo e do gás natural na camada do pré-sal foi saudada ontem, em audiência pública na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), como uma bênção divina pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hubner, para quem o Brasil precisa diminuir sua dependência externa de combustíveis fósseis, com o objetivo de aumentar a segurança energética nacional. Na sua avaliação, isso deve acontecer no curso da exploração do pré-sal.

A audiência realizada ontem à noite na CI, presidida pelo senador Fernando Collor (PTB-AL), contou com a participação de outros três palestrantes, que fizeram um panorama da realidade energética brasileira e demonstraram confiança no futuro do país na geração de energia. Também participaram da audiência os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Heráclito Fortes (DEM-PI) e Mão Santa (PMDB-PI).

Com o tema "Energia: recursos energéticos e desafios estratégicos", esse foi o terceiro painel da série de debates da comissão intitulada "Agenda 2009-2015: Desafios estratégicos setoriais", encontros que buscam discutir os gargalos para o desenvolvimento sustentável do país todas as segundas-feiras, às 18h, até o fim do ano.

O diretor da Aneel registrou que a matriz energética brasileira compreende grandes e pequenas usinas hidrelétricas; geração solar, eólica e nuclear; biomassa; gás natural e carvão. De acordo com Hubner, apenas 28% da capacidade de geração hidráulica brasileira é aproveitada atualmente, mas também frisou que os reservatórios estão cada vez menores.

Desafio

Nelson Hubner afirmou que o Brasil tem potencial para ser um dos maiores produtores de energia solar no mundo, além de possuir reservas de urânio suficientes para abastecer as



Waldemir Rodrigues

Fernando Collor (2º à esq.) preside debate na CI sobre recursos energéticos

usinas nucleares de Angra 1, 2 e 3 por mais de 500 anos. Para ele, o grande desafio brasileiro é o enfrentamento "do debate meio ambiente versus desenvolvimento com maturidade".

Mudança

O otimismo de Hubner foi acompanhado pelo presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energia (MME), Maurício Tiomno Tolmasquim, ao afirmar que o Brasil se transformará em uma potência energética nos próximos anos.

– O pré-sal vai mudar a história do Brasil. Seremos um grande exportador de petróleo.

Tolmasquim disse que a matriz energética do país é invejável: quase metade da energia provém de fontes renováveis. De acordo com ele, a geração de energia elétrica representa apenas 2% da emissão de gases geradores do efeito estufa, número cerca de 200 vezes menor que os apresentados por China e Estados Unidos, por exemplo.

O representante do MME informou também que a produção brasileira de etanol deve aumentar 150% até 2017 e, quando isso acontecer, apenas 2,56% da área agricultável do país estará sendo usada para a plantação de cana-de-açúcar.

Por sua vez, o professor do Instituto Alberto Luiz Coimbra de Pós-Graduação e Pesquisa de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Coppe-UFRJ), Jerson Kelman, observou que 75% da energia elétrica produzida no Brasil

provém de hidrelétricas. Disse também que, no Brasil, mais da metade das emissões de gases que contribuem para o efeito estufa é proveniente do desflorestamento.

Ele sugeriu a manutenção da geração hidrelétrica nesses patamares (entre 75% e 85% da energia elétrica produzida), mas combinada com as usinas térmicas – o que contribuiria para o barateamento do preço da energia – e com a geração a partir de fontes alternativas.

Os empecilhos ambientais dificultam o crescimento da geração hidrelétrica no Brasil, frisou Kelman, tendo o governo federal que optar pela construção de termelétricas, que são mais poluentes que as usinas hidrelétricas.

Tributos

Já o diretor do Colégio Brasileiro de Altos Estudos da UFRJ, Adilson de Oliveira, afirmou que o setor energético brasileiro deixou de ser competitivo nos últimos anos. Ele observou que o setor industrial do país paga o dobro por energia elétrica do que paga o mesmo setor nos Estados Unidos. Em média, acrescentou, 34% do custo da energia brasileira são tributos.

Na sua opinião, o gás natural que será extraído do pré-sal terá custo baixíssimo, o que ajudará o Brasil a diminuir o preço da geração termelétrica. Adilson de Oliveira disse ser fundamental que o país recobre a competitividade no suprimento de energia, o que passa, principalmente, pela diminuição do preço.

Cavalcanti quer produção de biodiesel na Paraíba

Ao elogiar da tribuna o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel, o senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) lamentou o fato de até o momento nenhuma unidade de produção do combustível ter sido implantada na Paraíba, "em que pesem as condições favoráveis locais e a necessidade de geração de emprego e renda".

O parlamentar lembrou que, em abril, o presidente Lula inaugurou em Montes Claros (MG) a terceira unidade de produção de biodiesel da Petrobras. As outras duas foram instaladas em Candeias (BA) e em Quixadá (CE).

Cavalcanti ressaltou que a promessa de construção de uma

usina de biodiesel na Paraíba foi reiterada pelo presidente Lula em visita ao estado, no último dia 28, mas observou que a Petrobras ainda não se manifestou a respeito do empreendimento.

No discurso, Roberto Cavalcanti criticou o comportamento de senadores que usam a palavra "para ofender outros colegas, para questionar e simplesmente posar de bom moço perante a opinião pública". Momentos antes, Eduardo Suplicy (PT-SP), apartando discurso em que José Sarney (PMDB-AP) falava sobre Euclides da Cunha, disse que não concordava com a decisão do Conselho de Ética

que arquivou as representações contra o senador pelo Amapá. Em aparte, Sarney agradeceu a solidariedade.

Cavalcanti também manifestou repúdio às críticas à figura do suplente. Ele foi eleito, em 2002, como suplente de José Maranhão, que deixou o Senado para assumir o governo da Paraíba. Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) manifestou apoio ao representante paraibano. Já Cristovam Buarque (PDT-DF) esclareceu não ser contrário à figura do suplente, mas favorável à sua eleição, no caso de o titular assumir um novo cargo durante o mandato, como o de ministro de Estado.

País precisa de nova estatal para o pré-sal?

O presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura, Fernando Collor (PTB-AL), questionou o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério de Minas e Energia, Maurício Tiomno Tolmasquim, sobre a necessidade de criação de uma estatal para comandar a exploração do petróleo e do gás natural da chamada camada do pré-sal. Para Collor, os recursos provenientes da exploração do pré-sal poderão ser usados em projetos que venham a alicerçar as infraestruturas física e de conhecimento nacionais, com o objetivo de alavancar o desenvolvimento econômico e social do Brasil.

– É importante que haja uma entidade que zele pelos interesses da União. Será esse o papel dessa estatal. Sem dúvida, a ideia é que os recursos do pré-sal sirvam para ajudar a sanar a grande dívida social que este país tem com uma parte da população – afirmou Tolmasquim.

O presidente da EPE também informou que a Petrobras já tem tecnologia suficiente para a exploração da camada de pré-sal, porém está buscando o aperfeiçoamento dessa tecnologia para diminuir os custos da extração.

Embate

Delcídio Amaral (PT-MS) concordou com a importância da termoeletricidade na matriz energética brasileira, destacada pelos palestrantes. Para ele, o embate entre meio ambiente e desenvolvimento deve ser repensado, porém sem fugir do conceito de sustentabilidade, sem deixar de lado a preservação ambiental e diminuindo-se a emissão de gases poluentes.

O senador frisou também que o crescimento da produção brasileira de etanol não vai prejudicar a produção nacional de alimentos, como afirmam alguns especialistas estrangeiros. Delcídio observou que a matriz energética brasileira "é impecável" e deve continuar sendo a mais ampla possível, inclusive com energia nuclear. Ele também frisou a importância do incremento da tecnologia nacional, como, por exemplo, em geradores de energia eólica.

O próximo painel da Comissão de Infraestrutura será realizado na segunda-feira (31), às 18h, com o tema "Petróleo, etanol e biocombustíveis: diferenciais estratégicos".